

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 585 - Brasília, quarta-feira, 12 de novembro de 1997

## Juiz irá ao local de conflito para decidir

Antes de decidir sobre uma ação de reintegração de posse de terra invadida, o juiz deverá ir ao local do conflito. A medida está prevista em substitutivo a projeto da Câmara aprovado ontem pelo plenário do Senado. **Página 2**

## Modernização do Exército terá recursos

O Senado aprovou dois empréstimos no valor de R\$ 613,6 milhões destinados à modernização do Exército. Reunido ontem à noite, o Congresso aprovou diversas autorizações para abertura de créditos suplementares. **Página 3**

## Senado debate e FHC aceita alternativas

Diversos senadores voltaram a debater ontem o pacote econômico. O presidente do Senado informou que o presidente da República concordou em examinar alternativas propostas pelo Congresso, desde que seja mantida a economia de R\$ 20 bilhões. **Páginas 6 e 7**



Menem, ladeado por Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, ontem em frente ao Congresso Nacional

# Integração marca visita

*Juntos, Brasil e Argentina ficam mais fortes, garante ACM na homenagem a Menem. Fogaça prega integração com o sul da África e presidente argentino defende moeda comum para o Mercosul*

O desenvolvimento do Mercosul e a crescente integração econômica entre Brasil e Argentina tornam ambos países mais fortes, afirmou ontem o presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, no encerramento da sessão em homenagem ao presidente Carlos Menem. O chefe de Estado argentino, por sua vez, pregou a criação



de uma moeda comum no Mercosul, à semelhança da planejada para a Europa. O senador José Fogaça sugeriu pensar a integração de forma "mais ousada", incluindo nesse esforço o sul da África. Já o deputado Germano Rigotto garantiu que os parlamentares brasileiros estarão vigilantes no processo de formação da Alca. **Páginas 4 e 5**

Projeto vindo da Câmara é modificado pelo relator, que obriga a Justiça a deslocar-se à área em conflito para conhecer de perto a realidade sobre a qual terá de decidir. A matéria volta agora ao exame dos deputados

## Juiz terá que decidir conflito de terra *in loco*

Projeto substitutivo aprovado ontem pelo plenário determina que, antes de decidir sobre uma ação de reintegração de posse de terra invadida, o juiz deverá ir ao local do conflito. "Essa presença oferecerá mais segurança ao juiz antes de decidir", afirmou durante a discussão o relator do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-



O plenário aprovou na sessão de ontem o substitutivo do senador Ramez Tebet

MS). Por ter sido alterado pelos senadores, o projeto retornará à Câmara para nova análise pelos deputados.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, defendeu a votação do projeto como ele chegou da Câmara, onde se determinava que o juiz deveria ouvir as partes envolvidas antes da decisão. Ramez Te-

bet discordou do projeto dos deputados, ponderando que uma área invadida às vezes tem centenas de envolvidos e isso dificultaria o trabalho do juiz.

Para o relator, se mantida a proposta original, seria extinta a proteção ao direito à propriedade. "Como um juiz vai citar todos os invasores de uma grande fazenda, por exemplo?"

Vai pregar a citação numa das árvores do local?", questionou.

Na mesma sessão, os senadores concordaram com requerimento do senador Espiridião Amin (PPB-SC) remetendo para análise da CCJ projeto de lei que obriga todos os profissionais que trabalham na segurança de pessoas ou bens a usar coletes à prova de balas.

## Professor estrangeiro será contratado pela lei do serviço público

O plenário também aprovou ontem projeto que regulamentará a contratação de professores estrangeiros por universidades e de cientistas por centros de pesquisa do governo. Será dispensado a eles, inclusive na contratação, o mesmo tratamento dado aos servidores públicos, de acordo com a lei do Regime Jurídico Único do funcionalismo.

Assim, um professor poderá ser contratado se passar em concurso promovido por universidade ou centro de pesquisa ou, se for o caso, ser admitido em função gratificada ou comissionada. A contratação de estrangeiros por universidades foi aprovada pelo Congresso no ano passado.

O relator do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou em sua análise que, com a aprovação, estão abertas as portas para que o Brasil possa "atrair talentos estrangeiros que

queiram contribuir para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro".

Na mesma sessão, os senadores aprovaram projeto que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina, para que possa emitir letras financeiras destinadas à rolagem de sua dívida mobiliária que vence nos últimos dois meses deste ano.



Tebet: isonomia com nacionais

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe o senhor Carlos Stupp, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, acompanhado de presidentes das federações estaduais

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

17h30 - Participa da cerimônia de inauguração da exposição permanente *O Senado Brasileiro - do Império à República. Túnel de acesso ao anexo II*

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLS nº 25/97, que cria o Fundo de Terras; do "PLS nº 219/97, altera a Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores; e do "PLS nº 220/97, estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

### COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: 1 - Ata da 13ª Reunião Ordinária, em 4.11.97; 2 - Requerimentos do senador Emandes Amorim e do deputado Sérgio Miranda; 3 - Contas do governo federal referentes a 1996 (relator: senador Jefferson Peres); e 4 - Projetos de lei de créditos adicionais

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 6/96, altera dispositivos da Constituição federal, tornando facultativo o voto; "PEC nº 52/95, veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PLC nº 14/97, dispõe sobre tribunal marítimo; "PLS nº 230/95, dispõe sobre

as operações de fomento mercantil - factoring; e "PLS nº 248/95, dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União, sob a jurisdição administrativa dos ministérios militares

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Discussão e votação de vários projetos, entre eles: "PLS nº 325/95, dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e corretos cosméticos; "PLS nº 161/97, dispõe sobre os conselhos federal e regionais de contabilidade e regula a eleição de seus membros; "PLS nº 146/97, dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares; e "Substitutivo ao PLS nº 306/95, dispõe sobre os instrumentos de controle ao acesso aos recursos genéticos do país

17h - Comissão Temporária da Amazônia

Pauta: Análise de projetos de lei de interesse regional em tramitação no Senado Federal

### PREVISÃO DE TRABALHOS

Quinta-feira (13.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 25/97, que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 63/95, altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; e discussão em turno único do "PLC nº 13/97, revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - Lei das Contravenções Penais (previsão de futuro e práticas semelhantes)

Sexta-feira (14.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Quinta-feira (13.11.97)

10h - Comissão Temporária do Código Civil

Pauta: Apreciação e votação do parecer final do relator. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

US\$ 613,6 milhões serão tomados junto ao Brazilian American Merchant Bank para a segunda etapa do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre

## Senado aprova recursos para o Exército

O plenário aprovou ontem pedidos do governo para tomar dois empréstimos junto ao Brazilian American Merchant Bank, no total de US\$ 613,6 milhões, destinados à segunda fase do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército. A primeira fase, que se encerra neste ano, também

conta com financiamento externo, no valor de US\$ 424 milhões.

Foi aprovada uma emenda, de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), determinando que toda compra de equipamentos pelo Exército terá de ser feita de acordo com a legislação que trata de licitações na administração pública. O relator dos

pedidos de financiamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lembrou que o Senado já discutiu e aprovou o Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre.

Os senadores rejeitaram requerimento do senador Eranides Amorim (PPB-RO), que queria enviar as solicitações do governo à Comissão de

Fiscalização e Controle do Senado. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ponderou que o assunto deveria ser submetido, antes da votação em plenário, à Comissão de Relações Exteriores. O relator discordou, argumentando que a Comissão de Assuntos Econômicos examinou detalhadamente as propostas.



Suassuna anunciou a retirada

## Ministério retira pedido de crédito para Anatel

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou ontem que o Ministério das Comunicações retirará pedido de crédito especial no valor de R\$ 245,1 milhões, que seriam majoritariamente destinados à implementação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Submetido à deliberação do plenário da Comissão Mista de Orçamento na semana passada, o projeto do Executivo teve sua votação adiada por falta de informações discriminando a aplicação dos recursos solicitados.

Suassuna também anunciou que, apesar das medidas fiscais tomadas pelo governo, a comissão deverá, em princípio, cumprir o cronograma de tramitação da lei orçamentária para 1998.

O presidente da comissão, no entanto, admitiu que, com as medidas divulgadas segunda-feira, as previsões de receitas e despesas contidas na proposta orçamentária do Executivo serão modificadas, exigindo mudanças, portanto, nos relatórios setoriais que estão sendo finalizados e deverão ser submetidos à deliberação do plenário da comissão na reunião marcada para amanhã pela manhã.

## Oito aberturas de crédito suplementar

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite oito autorizações para aberturas de créditos suplementares junto ao Orçamento Fiscal, entre eles a que concede ao Ministério de Minas e Energia R\$ 26,89 milhões para despesas com a implementação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Foi aprovado ainda, em favor do Ministério dos Transportes, crédito de R\$ 4,12 milhões, destinado à construção do pier petroleiro do Porto de Itaqui, no Maranhão.

Também foram acolhidos créditos da ordem de R\$

610,23 mil para o Ministério da Justiça, a serem aplicados na construção, ampliação e reforma do sistema penitenciário em Pernambuco, Paraná, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Sul e Roraima; e R\$ 2,6 milhões para o mesmo fim nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Norte.

Para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Ministério da Justiça, Ministério da Aeronáutica, Ministério das

Relações Exteriores e Ministério da Administração e Reforma do Estado os parlamentares aprovaram crédito global no valor R\$ 18,91 milhões, com diversas finalidades. E para a Justiça Eleitoral e Justiça do Distrito Federal e dos Territórios crédito especial de R\$ 500,6 mil, destinados à construção e ampliação dos edifícios-sede e do galpão dos tribunais regionais eleitorais de Mato Grosso, Rio Grande do Norte e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Para o Judiciário, foram aprovados globalmente R\$ 14,16

milhões, destinados ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Justiça do DF e dos Territórios.

Em favor do Ministério da Fazenda, foi aprovado crédito especial até o limite de R\$ 3,03 milhões, para o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central (Proat). Também foi acolhido crédito junto ao Orçamento de Investimento, destinado ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), do sistema Eletrobrás, no valor R\$ 9,7 milhões.

## Audiência na CCJ debate factoring no país

A importância da regulamentação da atividade de *factoring* para evitar as fraudes nesse sistema foi ressaltada em audiência pública, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o projeto de lei do senador José Fogaça (PMDB-RS) disciplinando essa operação. A reunião foi presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor) do Banco Central, Marden Marques Soares, manifestou o apoio da instituição ao substitutivo ao projeto de Fogaça proposto pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). Soares defendeu que as empresas de *factoring* sejam fiscalizadas por um órgão de auto-regulamentação, como é feito em outros países.

O presidente da Federação



A reunião da CCJ, ontem, recebeu representantes das empresas de factoring em audiência pública

Brasileira de Factoring, Luiz Lemos Leite, enfatizou que essa atividade não é financeira, mas sim de fomento mercantil. Conforme explicou, as empresas de *factoring* prestam, em caráter contínuo, serviços, geralmente para pequenas e médias empresas, tais como acompanhamento do mercado, negociação com fornecedores, orçamentação de

custos, entre outros.

José Fogaça considerou elucidativa a reunião e destacou como o mais importante a informação de que as empresas de *factoring* exigem um contrato de fomento mercantil, ao contrário dos agiotas. O senador disse que uma das suas preocupações ao apresentar o projeto foi evitar que empresas "picaretas", usando

a atividade de *factoring* como fachada, firam a fé pública e abusem da poupança popular.

Participaram do debate ainda os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Bello Parga (PFL-MA), Romeu Tuma (PFL-SP), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Beni Veras (PSDB-CE) e a senadora Regina Assumpção (PTB-MG).

## VISITA DE MENEM

## Mercosul domina sessão de homenagem

O apoio ao processo de integração entre Brasil e Argentina, em particular, e ao desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi o tema central dos pronunciamentos durante a sessão solene com que o Congresso Nacional homenageou ontem o presidente argentino, Carlos Menem.

Recebido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, e pelo deputado Michel Temer, presidente da Câmara, o presidente da Argentina foi saudado com pronunciamentos do deputado Germano Rigotto e do senador José Fogaça, ambos do PMDB gaúcho. Realizada no plenário do Senado, a sessão solene contou com a participação de muitos parlamentares, deputados e senadores, além de representantes do governo brasileiro e do corpo diplomático.

Em resposta às palavras dos parlamentares brasileiros, Carlos Menem reafirmou a prioridade da política argentina para o desenvolvimento do Mercosul e o estreitamento de relações com o Brasil.

Ao encerrar a sessão, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, saudou as perspectivas de prosperidade que se abrem para argentinos e brasileiros, a partir do aprofundamento do processo integracionista entre as duas nações e os demais países que formam o Mercosul.



O presidente argentino, ladeado por Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, na rampa do Congresso

## Fogaça quer inclusão do sul da África

O senador José Fogaça (PMDB-RS), orador do Senado na sessão solene, afirmou que, graças ao sucesso do Mercosul e do Tratado de Assunção, talvez seja possível "pensar de forma mais abrangente e ousada", incluindo a integração entre o sul da África e o sul da América. O senador também considerou que o equilíbrio estratégico e a segurança regional em nada serão alterados com a aceitação da Argentina como observador na Organização para o Tratado do Atlântico Norte.

Na parte relativa ao Atlântico Sul, Fogaça destacou que, do outro lado do oceano, está a Sadec - South African Development Commission, constituída por 12 jovens nações africanas, entre elas Angola, Ma-

lawi, Zimbábue, Namíbia, Swazilândia e "a economicamente pujante" África do Sul:

- Há uma complementaridade estratégica que pode encontrar, nesse espaço geo-econômico, novas perguntas e novas respostas - acentuou.

O senador acrescentou que 75% do ouro produzido no mundo provém do sul da África; na área que pode ser compreendida como Atlântico Sul há 701 plataformas marítimas de petróleo e 40% do petróleo do mundo inteiro circulam por essa região, produtora de 17% do carvão do mundo e detentora de 23% dos recursos hídricos do planeta.

- Nos anos noventa, com o fim da Guerra Fria, com a extirpação dos regimes autoritários, com a formação dos blo-

cos econômicos, com a tendência inevitável à globalização dos mercados, criaram-se as condições para que um acordo dessa natureza fosse percebido como um acordo Cone Sul mais Cone Sul - Cone Sul da África e Cone Sul da América.

Fogaça lembrou que o Brasil expressa, em suas relações internacionais, uma visão pacifista, e que a América do Sul é a região menos armada do mundo e a parte do planeta que registra o menor índice de conflitos. O senador considerou, então, ser aceitável uma evolução do arsenal militar na região. E acrescentou:

- Tantas são as razões de cooperação, os tratados recentemente assinados e as necessidades comuns que, do nosso ponto de vista, em nada são alterados o equilíbrio estratégico e a segurança regional com a aceitação da Argentina como observadora na Otan. Há alguns anos, seria impossível dizer isso, mas hoje o Brasil precisa que a Argentina tenha uma Marinha forte porque sabe que isso ajuda a garantir a segurança do Atlântico Sul - frisou.

Para Fogaça, isso é o que diferencia, na forma de ver as coisas, o final deste século de quando ele começou:

- É possível falarmos como um Continente - concluiu.

## Rigotto condiciona formação da Alca

Em nome da Câmara, o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) defendeu a necessidade de se assegurar que as negociações em torno da criação da Alca se façam com o maior grau de transparência possível e com ritmo e alcance que atendam aos interesses do Mercosul:

- Nunca é demais repetir que a Alca não se dará sem o Mercosul mas tampouco poderá ser feita em nosso detrimento.

Tem o Congresso plena consciência disso.

Estaremos vigilantes, ao lado dos negociadores brasileiros, para assegurar a prevalência da rara e impressionante unanimidade de opiniões que a sociedade civil revela em apoio à política do Executivo sobre a conformação da Alca - destacou.

O deputado afirmou que "os desenvolvimentos no domínio da conformação da Alca impõem, de modo urgente, o impulso ao aperfeiçoamento da união aduaneira do Mercosul".

Para isso, segundo o deputado Germano Rigotto, é necessário definir uma agenda negociadora equilibrada que responda aos interesses dos quatro países e sublinhe o caráter irreversível da integração da sub-região. O deputado disse ainda que as atuais relações entre Brasil e Argentina prenunciam níveis sem precedentes de bem-estar e de perspectivas de desenvolvimento para os povos dos dois países.



José Fogaça, ao microfone, falou em nome do Senado na sessão em homenagem a Carlos Menem

## VISITA DE MENEM

## Unidade amplia força da Argentina e do Brasil perante as potências, afirma ACM

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, destacou ontem, ao encerrar a sessão solene em homenagem ao presidente Carlos Menem, que o desenvolvimento do Mercosul e a crescente integração econômica entre Brasil e Argentina tomam ambos países mais fortes, contribuem para a estabilidade da região e ampliam sua força perante potências como os Estados Unidos.



Antonio Carlos disse a Menem que, juntos, os dois países têm força ante os Estados Unidos

Antonio Carlos manifestou convicção de que os objetivos de integração entre bra-

sileiros e argentinos serão plenamente alcançados, graças aos alicerces lançados no pas-

sado pelo então presidente da República José Sarney, juntamente com as ações desenvolvidas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. O senador prometeu trabalhar por uma maior integração entre os partidos políticos dos dois países, no interesse do fortalecimento da democracia e como contribuição para a promoção da estabilidade que a integração econômica está consolidando entre as duas nações.

## Menem prega moeda comum como a da CEE

No seu pronunciamento, o presidente Carlos Menem comprometeu-se a impulsionar "a idéia de declarar o Mercosul uma grande zona de paz", durante a próxima presidência *pro tempore* desse mercado, que se inicia no semestre que vem e que cabe ao seu país sediar.

Menem disse ser sua intenção trabalhar para que todos os acordos firmados pelo Mercosul com outros países acrescentem à cláusula democrática a cláusula da paz.

- Queremos que o Mercosul seja um interlocutor em todas as grandes questões que afetam o mundo de hoje - garantiu.

Carlos Menem referiu-se ao início do diálogo com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a necessidade de se avançar, com firmeza, no projeto de criação de uma moeda comum. Ele disse que, se o Mercosul é uma criação à imagem e semelhança da União Européia, que tem trabalhado arduamente pela moeda comum, não há por que o Mercosul não fazer também o mesmo esforço, a partir da experiência do continente europeu.

Para que isso aconteça, segundo frisou, os países devem harmonizar suas políticas cam-

biais e fiscais e de juros a longo prazo e obter um equilíbrio entre as suas dívidas e produtos internos brutos.

O presidente da Argentina afirmou que a consolidação e o fortalecimento do Mercosul constituem a prioridade número um da política externa de seu país. Disse que o processo de integração "transcende o comercial e o econômico" e que os governos brasileiro e argentino decidiram facilitar o livre trânsito das pessoas porque querem que caiam todas as barreiras que dificultam uma maior e melhor interação entre os povos.

- Nosso objetivo é que todos os habitantes do Mercosul tenham os mesmos direitos e obrigações, onde quer que decidam instalar-se nesse imenso território integrado de quase 14 milhões de quilômetros quadrados - assinalou.

Menem disse também que será necessária a construção de uma política comum na delicada ques-

ção da liberalização do setor de serviços.

Depois de lembrar o papel do Congresso na redemocratização do Brasil, ele destacou que não se criou ainda uma Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina, embora existam nos respectivos Legislativos muitas comissões dessa natureza com

tação feita ao presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, da prioridade absoluta que representa o Mercosul para o Brasil e para a Argentina e da intenção de negociar em bloco, com uma postura unificada, a iniciativa da Associação de Livre Comércio das Américas, a Alca.



Menem diz que os dois países crescem respeitando as diferenças entre si

outros países, e conclamou os parlamentares a refletir sobre a necessidade de se incrementarem as relações entre os partidos políticos de ambas as nações.

- Seguramente, produziremos juntos uma cultura nova, de tolerância e de respeito às diferenças - acentuou.

Menem lembrou a manifes-

Ele agradeceu o respaldo dado pelo povo e pelo governo brasileiros aos "legítimos direitos" da Argentina na disputa pela soberania das ilhas Malvinas, reiterando o compromisso de recuperá-las pela via da negociação, e destacou o alto nível de cooperação alcançado pelas Forças Armadas do Brasil e da Argentina.

## Marinha amplia presença da mulher

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida por José Sarney (PMDB-AP), em reunião realizada ontem aprovou projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

Conforme a proposta, que prevê significativa ampliação da presença feminina na Marinha, e de acordo com Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria, "a mulher poderá conquistar até o posto de almirante de três estrelas, e somente não exercerá atividades de combate".

No parecer, Tuma salienta que "a proposta visa à substituição de corpos distintos; à unificação de processos seletivos; ao ingresso e à permanência de pessoal no serviço naval, atendendo aos interesses da Marinha". A reestruturação possibilitará a transferência entre os diversos corpos e quadros, preservando os direitos adquiridos pelos atuais militares.

A comissão aprovou ainda os seguintes projetos de decreto legislativo, referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil: de Cooperação Cultural e Educacional, com a República Árabe Síria; sobre Serviços Aéreos, com a República Libanesa; Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, com o governo da Bolívia; do Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em São Carlos de Bariloche, na Argentina, em 1995, por ocasião da V Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Na mesma reunião, também foi aprovada proposta de iniciativa do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) solicitando que seja promovido "o Seminário para a Consolidação das Ligações Rodoviárias Atlântico-Pacífico, no âmbito das atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional".

*Durante o almoço na embaixada argentina, Antonio Carlos, Michel Temer e Fernando Henrique falaram sobre as medidas e, segundo ACM, o presidente está aberto a alternativas*

## FHC aceita sugestões do Congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, concordou em examinar alternativas propostas pelo Congresso no sentido de substituir algumas das medidas de contenção, desde que seja mantida, no total, a economia de R\$ 20 bilhões considerada indispensável pelo governo.

O senador disse que teve uma conversa rápida com Fernando Henrique e o presidente da Câmara, Michel Temer, durante o almoço na embaixada argentina.

"Manifestamos nosso desejo de encontrar caminhos que deem nos mesmos resultados que o governo quer - uma economia de R\$ 20 bilhões - e o

presidente disse que nós vimos as alternativas, que elas poderiam ser discutidas", informou.

Antonio Carlos reiterou sua

posição de que o Congresso deve trabalhar intensivamente até o final do ano.

"A situação do país vai exigir das duas Casas do Con-

gresso grande agilidade para votar as medidas indispensáveis para devolver a tranquilidade a que o povo brasileiro tem direito", afirmou.



Suassuna: faria o mesmo

### Suassuna elogia "ação enérgica"

"Se estivesse no lugar do presidente, faria o mesmo", disse o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao avaliar as medidas de contenção do déficit fiscal divulgadas pelo governo. Ele afirmou que "era necessária uma ação enérgica" para arrecadar o acréscimo de R\$ 20 bilhões nas despesas governamentais.

A única restrição feita pelo senador se relaciona à "falta de uma adequação mais precisa para que a máquina do governo melhore sua capacidade de arrecadação".

- Apóio o pacote, mas acho que é hora de mudar a legislação, como fez a Argentina há seis meses, terceirizando a cobrança de impostos. A empresa que for cobrar só ganhará se receber - sugeriu.

Suassuna salientou que o governo federal tem créditos a receber em montante muito superior aos R\$ 20 bilhões que advirão das medidas fiscais. Só o Ministério da Fazenda teria cerca de R\$ 60 bilhões a receber; o INSS, R\$ 35 bilhões; o Banco do Brasil, em torno de R\$ 15 bilhões; a Caixa Econômica Federal, R\$ 70 bilhões.

Outra fonte de recursos destacada pelo senador foi a cobrança de imposto sobre utilização de terras da Marinha. Segundo disse, há uma quantidade enorme de imóveis nessas locais, sendo 50 mil cadastrados.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) endossou a terceirização da cobrança de impostos dizendo que boa parte dos créditos inscritos na dívida ativa da União é incobrável, "mas não é possível que pelo menos 1/4 desses créditos não seja cobrável".

### Exame do pacote será trabalho coletivo

Antonio Carlos disse que as questões de forma e mérito para as votações no Congresso das proposições do pacote econômico serão debatidas e estabelecidas em comum acordo entre os presidentes das duas Casas do Legislativo e as lideranças partidárias.

Um dos pontos que o se-

gador espera ver modificado é o aumento do imposto de renda das pessoas físicas, contra o qual ele se manifestou desde a divulgação das medidas do governo.

De acordo com o presidente do Senado, as reuniões com o presidente da Câmara, Michel Temer, e os líderes partidários deverão estabelecer tanto o ca-

lendário de votações quanto os pontos em que haja consenso parlamentar para propor modificações nas medidas anunciadas pelo governo.

Ele não adiantou juízos de valor sobre outros pontos das medidas anunciadas pelo Executivo, além das restrições já manifestadas contra o aumento do imposto de renda.

## Jáder diz que medidas agravarão crise social

Falando pela liderança do PMDB, o senador Jáder Barbalho (PA) solidarizou-se com o governo pelas medidas tomadas, mas alertou para o risco de o pacote fiscal resultar em mais problemas sociais. Na sua opinião, aumentar os combustíveis em 5% numa inflação de quase zero é uma medida inflacionária, pois esse aumento será repassado para transporte coletivo, frete, etc. Ele disse temer também pelo aumento do desemprego.

- Minha solidariedade com o governo não é incondicional. Discordo de algumas medidas do pacote, entre elas a de que os assalariados tenham de pagar mais imposto de renda quando, para alguns economistas, salário nem renda é - argumentou.

Ao sustentar a ineficácia da medida, Jáder explicou que o salário se reincorpora naturalmente à economia, pois mensalmente é gasto pelo trabalhador, sendo impróprio o governo aumentar a sua taxa-ção como renda. Disse também que o anúncio da demis-

Jáder julga inocua a demissão de servidores de baixos salários



são de 33 mil funcionários públicos significará muito pouco em termos de caixa para o governo, se comparada ao impacto que o aumento das taxas de juros vai causar na dívida interna.

**O líder do PMDB está convencido de que o pacote só agravará a questão social e citou o aumento do Imposto de Renda como a pior medida**

Para ele, a economia prevista será irrisória se observar que, somando-se as famílias desses servidores, pelo menos 150 mil pessoas serão atingidas. A iniciativa privada não tem condições de absorver esta mão-de-obra, segundo ele, sendo grave ainda a

constatação de que serão demitidos servidores de baixos salários: "Qual a repercussão econômica de demitir-se quem ganha pouco?"

O senador lembrou que seu partido sempre apoiou o Plano Real, desde sua adoção, no governo de Itamar Franco. Recordou também que o Legislativo nunca se nega a apoiar medidas destinadas a salvar a economia, tendo aprovado inclusive confisco de poupança popular. Mas alertou: "Essas medidas só agravarão a questão social".

Em apertado, o líder do governo no Senado, Elcio Alvarés (PFL-ES), afirmou que,

com essas medidas, o presidente Fernando Henrique Cardoso "praticou ato que o engrandece perante a opinião pública brasileira".

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) pediu urgência na aprovação das reformas, e Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse já ter informações de que o setor industrial está preocupado com a repercussão do pacote na produção.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu um entendimento entre todos os partidos para que os ministros Pedro Malan e Antonio Kandir venham ao Senado explicar as medidas.

Antes de passar a palavra ao orador seguinte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou: "Tenho certeza de que o Congresso Nacional agirá com a presteza indispensável, votando as medidas que o país necessita e que vão dar tranquilidade ao povo brasileiro".

*"Há que se pensar numa saída, que não pode mais esperar pelo jogo da sucessão governamental, nem pela renovação do Congresso"*

## Lucena prega união para superar a crise

Humberto Lucena (PMDB-PB) disse ontem que é urgente um entendimento nacional para traçar uma estratégia de desenvolvimento do país, "diante desse quadro conturbado de fim de século, em que a inserção soberana do Brasil no processo de globalização se torna uma condição essencial".

- Há que se pensar numa saída, que não pode mais esperar pelos resultados políticos do jogo da sucessão governamental, nem pela renovação do Congresso. Creio que o presidente Fernando Henrique, juntamente com sua equipe de governo, diante da concretização e acentuação das enormes ameaças trazidas pelas crises nas



Lucena: "dique de proteção"

bolsas, não deixará de abrir-se a esse consenso político - afirmou.

Na opinião de Lucena, essa crise dá uma "pálida" amostra do que se pode assistir daqui para diante caso não se construa um novo "dique de prote-

ção" contra os ataques especulativos, pois, advertiu, "o capital internacional viaja rápido de uma economia para outra na busca de lucro". Conforme salientou, são US\$ 4 trilhões por dia, os chamados derivativos financeiros, que virtualmente percorrem os mercados financeiros.

- Nessa crise, a vulnerabilidade de nossa economia mostrou-se de modo claro e inofismável. Até quando poderá o Banco Central ser capaz de vender até US\$ 30 bilhões de suas reservas para conter próximos ataques? Até quando o presidente do BC poderá usar o "estoque de maldades", como o aumento terrível da taxa básica de juro, sem maiores explosões econômicas, sociais e políticas? - questionou.



Quintanilha e Rocha dirigem os debates sobre o substitutivo, cujo conteúdo Ademir admite mudar



## Ademir admite nova proposta do Senado para planos de saúde

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ademir Andrade (PSB-PA), afirmou ontem que, dependendo das consultas que estão sendo feitas aos presidentes da Câmara e do Senado - sobre as possibilidades de modificação do substitutivo da Câmara regulamentando os planos e seguros privados de assistência à saúde -, o próprio Senado poderá apresentar uma nova proposta sobre

o assunto. Ele acredita que até quarta-feira da próxima semana será conhecida a decisão.

O esclarecimento de Ademir foi feito durante audiência pública para discussão do substitutivo. O relator da proposta, Sebastião Rocha (PDT-AP), admite que tecnicamente existem condições para melhorá-la através de supressões.

- Acreditado que poderemos garantir cobertura dos planos de saúde para todos os eventos; a

eliminação da cobrança da carência para atendimentos de urgência, além da adaptação dos contratos antigos à nova legislação.

Na opinião do relator, apenas dois pontos não poderão ser atendidos: a eliminação do reajuste das mensalidades por faixa etária e a garantia de que o trabalhador demitido possa continuar utilizando o plano no período em que estiver recebendo o salário desemprego.

## Amorim aplaude a "coragem" do governo

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) aplaudiu ontem "a coragem" do governo federal em adotar as medidas de ajuste econômico, destacando que não é com inflação, com juros abusivos e com o capital especulativo que o país terá condições de manter o Plano Real.

Além das medidas anunciadas na segunda-feira, o senador entende que é preciso corrigir várias sangrias no Orçamento e rever a questão dos financiamentos.

Amorim, que participou de um almoço com o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, disse que este manifestou o seu



Amorim aponta "sangrias"

apoio às medidas adotadas e lembrou que o PPB vinha alertando o governo, desde 1994, para a necessidade de correção do Plano Real, principalmente por causa do aumento da dívida interna.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (inédito)
- 7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS) sobre o plano de ajuste econômico anunciado pelo governo federal (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (vivo - vota, entre outros temas, a proposta de emenda à Constituição que suprime o dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravado - vota, entre outros temas, a criação de um fundo para garantir créditos para consorciados em caso de insolvências das empresas administradoras de fundos de consórcios).
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS) sobre o plano de ajuste econômico anunciado pelo governo federal (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

## Júlio Campos alerta FHC quanto a perdas no FGTS

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou ontem, da tribuna, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso para a perda de recursos dos trabalhadores nas contas vinculadas do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e pediu providências urgentes do governo para corrigir tais distorções. Segundo ele, estudos do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostram que a classe trabalhadora perdeu cerca de 80%, em valor real, dos recursos depositados nos últimos trinta anos.

Segundos os dados do Dieese, disse Júlio Campos, um trabalhador que tivesse o equivalente a R\$ 100 no FGTS, em 1967, atualmente teria apenas R\$ 16,78, porque a correção monetária não garantiu o mínimo que se poderia esperar: a não-redução dos recursos depositados para esse fim. Ele considera que o erro se dá devido ao fato de a Caixa Econômica Federal levar em consideração nos cálculos do fundo a diferença entre a correção monetária



Campos: estelionato oficial

oficial e a inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com as mudanças nos planos econômicos.

Na sua opinião, isso poderia ser enquadrado "tanto como estelionato quanto como uma espécie ainda não qualificada que poderíamos chamar de empobrecimento ilícito do trabalhador brasileiro".

No entender do senador, a transição para o processo de globalização tem levado ao empobrecimento milhares de trabalhadores e fomentado o desemprego e o subemprego, assim como a perda das garantias trabalhistas no país.

## Entre no "Túnel do Tempo" e conheça a História do Senado

O senador Antonio Carlos Magalhães inaugura hoje, às 17h30, no local conhecido como "Túnel do Tempo" (entre o edifício principal e o anexo II do Senado), a exposição permanente *O Senado Brasileiro - do Império à República*. A mostra é composta de fotos, documentos, esculturas representativas de personalidades históricas e pinturas que retratam a atuação do Senado desde 1826 até os dias atuais.

Parlamentares, funcionários e visitantes terão, agora, a oportunidade de conhecer melhor a história do Senado Federal, desde o Palácio Conde dos Arcos, primeira sede da Casa, até os dias atuais,

passando pelo desempenho de senadores como Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, eleito em 1845.

Também saberão detalhes da trajetória política da princesa Isabel, primeira senadora brasileira, ou ainda sobre a atuação de Rui Barbosa como relator da Assembléia Constituinte de 1890.

A inauguração contará também com a presença do primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, do diretor-geral, Agacieli Maia, e da diretora de Informação e Documentação, Maria Helena Ferreira, além de alunos do Colégio Leonardo da Vinci, convidados especialmente para o evento.

*O Brasil é responsável por apenas 6% da emissão de poluentes, enquanto os sete países mais ricos respondem por 30%, diz senador*

## Cabral: Amazônia não aceita culpa pela poluição do planeta

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou ontem para os riscos de se aceitar como verdadeira a difusão de notícias que atribuem às queimadas na Amazônia a responsabilidade pela poluição atmosférica e pelo aumento da temperatura no mundo.

A seu ver, a maior parte das restrições internacionais levantadas ao desenvolvimento da Amazônia não encontra respaldo na realidade e traz implícita a intenção de manter "a região estática e intocável, condenada a uma contemplação e ao eterno subdesenvolvimento".

Bernardo Cabral fez essas considerações a propósito do encerramento, em Manaus, da IV reunião anual dos participantes do PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras,



Cabral: denúncias sem respaldo

que recomendou ao governo brasileiro o aumento da fiscalização contra os desmatamentos e queimadas na região.

O senador lembrou que o Brasil é responsável por apenas 6% da emissão de poluentes, enquanto os países pertencentes ao grupo dos sete mais ricos respondem por 30%.

- Nós brasileiros, sobretudo os amazonenses, não aceita-

mos o papel de vilões da atmosfera nem a responsabilidade pela poluição do planeta como querem nos impingir alguns ambientalistas parciais e desinformados, para não dizer mal-intencionados - afirmou o senador.

Bernardo Cabral considerou "curioso" o fato de os participantes daquele encontro terem condenado o plantio de soja na Amazônia, alegando ser uma das formas mais predatórias de destruição da floresta, e não terem feito referência à atividade extrativista da castanha. "Será que é porque esse alimento de alto teor alimentício vai todo para o mercado externo (Estados Unidos da América e União Européia), com ganhos irrisórios para o homem da Amazônia?", questionou o senador.

## Alcântara busca apoio ao *Toda Criança na Escola*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem a integração de toda a sociedade ao esforço nacional visando ao combate à evasão no ensino fundamental. Para o senador, a não-garantia de acesso à escola na idade própria, "seja por inércia do poder público ou por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social".

Ele elogiou o lançamento, pelo Ministério da Educação (MEC), do projeto *Toda Criança na Escola*, ressaltando que o combate à evasão escolar proposto pelo governo federal leva em conta fatores como as desigualdades econômicas e disparidades regionais.

Depois de citar dados do

censo do IBGE de 1996 demonstrando que uma em cada 10 crianças em idade escolar ainda estaria excluída do sistema de educação formal, Alcântara lembrou da gravidade da situação educacional na região Nordeste. "Lá, estão as piores taxas de escolarização do país, chegando a 80% o índice de alunos com idade superior à faixa etária correspondente a cada série", assinou.

Alcântara destacou diversas ações implementadas pelo MEC objetivando acabar com a evasão nas escolas, tais como campanhas de mobilização comunitária, reforma e construção de escolas, financiamento de transporte escolar, capacitação de docentes e utilização da TV Escola.

Entre as iniciativas que con-



Alcântara elogia ação do MEC

solidam a montagem do programa *Toda Criança na Escola*, o senador relacionou a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a criação do Fundo de Valorização do Magistério, a análise criteriosa dos livros didáticos e o repasse de recursos diretamente às escolas.